

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.649.712 - SP (2020/0010769-3)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : A F W
ADVOGADOS : ANTERO LISCIOTTO - SP016061
ISABELA CRISTINA JUNQUEIRA LISCIOTTO - SP145555
AGRAVADO : D F
ADVOGADO : ANDREA IZILDA MARTOS VALDEVITE - SP132880

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por A F W, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CONSELHEIRO FURTADO, assim resumido:

NULIDADE - ALEGAÇÃO DE QUE TERIA HAVIDO JULGAMENTO EXTRA PETITA – DESCABIMENTO - NECESSIDADE DE A SENTENÇA LEVAR EM CONTA OS FATOS RELEVANTES QUE ACONTECERAM APÓS O AJUIZAMENTO DA AÇÃO - HIPÓTESE EM QUE A QUESTÃO FOI DEBATIDA PELAS PARTES ANTES DA PROLAÇÃO DO “DECISUM” - INTELIGÊNCIA DO “CAPUT” E DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 493 DO CPC DIVÓRCIO PARTILHA DE BENS E DÍVIDAS ADQUIRIDAS APÓS A CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO ATÉ A INTERPOSIÇÃO DA AÇÃO NA PROPORÇÃO DE 50% PARA CADA PARTE SENTENÇA SEM CONDENAÇÃO PROVEITO ECONÔMICO SERÁ APURADO EM FASE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA HONORÁRIOS DEVEM SER FIXADOS EM PORCENTUAL SOBRE O VALOR DA CAUSA SENTENÇA MANTIDA PRELIMINAR AFASTADA, RECURSO DESPROVIDO (fl. 986).

Alega violação do art. 85, §§ 2º e 8º, do CPC, no que à concerne necessidade de fixação dos honorários advocatícios por equidade, aplicando-se subsidiariamente o § 8º do art. 85 do CPC, diante da impossibilidade de se mensurar o proveito econômico, no presente caso. Traz os seguintes argumentos:

1. O V. Acórdão contra o qual se insurge o ora recorrente deixou muito bem assinalado que "**tratando-se de sentença em que não houve condenação e que o proveito econômico será apurado posteriormente, em liquidação de sentença, os honorários devem ser fixados sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC**, atendidos os critérios estabelecidos no referido dispositivo legal" (cf. fls. 988/999).

2. Todavia, com o máximo de respeito aos julgadores Paulistas, ao julgarem a apelação, Suas Excelências contrariaram a regra albergada no §

2º, do artigo 85. Com efeito, tal dispositivo legal estabelece em primeiro plano, que **os honorários serão fixados sobre o valor da condenação, quando esta for líquida, ou sobre o proveito econômico obtido pela parte; somente se não for possível mensurar o proveito econômico, é que serão fixados os honorários em percentual sobre o valor da causa [...].**

3. No vertente caso, **como reconhecido no v. acórdão combatido, não houve condenação. Deveras, do rol de pedidos formulados pela ora recorrida, o v. acórdão confirmatório da r. sentença, somente reconheceu em seu favor direito à partilha dos rendimentos das cotas do Serviço de Anestesiologia Hemo-Inaloterapia São Carlos S/A e da Clínica de Foto Terapia São Carlos, e assim também de aplicação financeira. No mais, a recorrida sucumbiu de forma total [...]. Não obstante, optou a douta Câmara Julgadora em considerar "impossível" apurar-se o valor econômico em proveito da ora recorrida, e acabou por determinar que a verba honorária de vinte por cento incidisse sobre o valor dado à causa (R\$ 500.000,00).**

4. Contudo, não há como se afirmar, com um mínimo de certeza, que naquele valor (R\$ 240.869,59), encaixa-se o "proveito econômico" obtido pela recorrida. Ou por outras palavras, a causa *sub judice*, na verdade, emerge sem condições de revelar o valor do proveito econômico em benefício da recorrida. É que existe um proveito econômico reconhecido no v. acórdão, consistente no direito à partilha das cotas e dos rendimentos do Serviço de Anestesiologia Hemo- Inaloterapia São Carlos S/A e da Clínica de Foto Terapia São Carlos, e assim também de aplicação financeira, sem condições do mesmo (proveito econômico) ser estimado pelo Julgador, uma vez que na prefacial a promovente da demanda não especificou os respectivos valores – (fls. 1000/1003) – negritei.

[...] somente frente à possibilidade de se mensurar o proveito econômico, não será possível a subsunção do caso à regra do § 8º. Todavia, se não foi possível apurar o proveito econômico a favor da parte vencedora, ou sendo tal proveito de valor irrisório, ao juiz a lei impõe o dever de fixar os honorários advocatícios de forma equitativa (fls. 1003/1004) – negritei.

É o relatório. Decido.

Na espécie, não houve o prequestionamento da tese recursal, uma vez que a questão postulada não foi examinada pela Corte de origem sob o viés pretendido pela parte recorrente.

Nesse sentido: “O Tribunal de origem não tratou do tema ora vindicado sob o viés da exegese dos artigos 131 e 139 do CPC/1973, e, tampouco o recorrente opôs embargos de declaração visando prequestionar explicitamente o tema. Incidência da Súmula 211/STJ” (AgInt no REsp n. 1.627.269/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 27/9/2017).

Superior Tribunal de Justiça

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n. 1.217.660/SP, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 4/5/2018; e AgInt no AREsp n. 965.710/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 19/9/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente